

## LES STRUCTURES ANTHROPOLOGIQUES DE L'IMAGINAIRE

G. Durand

Paris, Bordas, 1973

Ione M. G. Bentz

### Introdução

O livro "Les Structures Anthropologiques de L'imaginaire" de G. Durand representa, sem dúvida, importante contribuição para o estudo sobre a imaginação e seu produto "a imagem", aspecto que tantas vezes tem sofrido enfoques menos pertinentes, e também para uma visão da Antropologia, desprovida dos subjetivismos estretadores que têm marcado as investigações na área das Ciências Humanas.

Durand repassa importantes pensadores como Sartre, James, Brentano, Husserl, Jung, Krappe, Eliade, Piganoli, Dumézil, Freud, Saussure, Adler, Lévi-Strauss, Lewin, Piaget, Bergson, abrangendo campos de investigação importantes para o estudo do Imaginário, tais como a Psicologia / Psicanálise, Antropologia, Linguística, Epistemologia / Filosofia, Sociologia Lógica e Mitologia.

Crítica severamente a fenomenologia sartreana, acusando-a de abordar o estudo do fenômeno da imaginação sem relacioná-lo com o patrimônio imaginário da humanidade, constituído pela poesia e morfologia das religiões, resultando um psicologismo parcial, responsável pela radical desvalorização do Imaginário. Assinala, também, a tendência das posições associacionistas incluindo Sartre e Bergson) a um monismo da consciência psicológica, no qual o Imaginário não é senão uma ilustração didática.

Menciona os trabalhos de Dumézil que coloca ênfase no caráter funcional e social das motivações do ritual, dos mitos e da própria terminologia, bem como os de Piganoli que alicerça sua pesquisa sobre a diferença de mentalidades e simbolismos que resulta do estatuto histórico e político do par ocupante/ocupado.

Durand define com clareza suas concepções, alinhando-se com Bachelard, de quem endossa conceitos-chave para a definição das imagens. Bachelard propõe uma fenomenologia das imagens na duplidade ressonâncias/repercussão. Definindo o nível de ontologia em que trabalha, propõe a imagem a transformar-se num ser novo de nossa linguagem, sendo ao mesmo tempo um dever de expressão e um dever de nosso ser.

Assume, também, as concepções dos grandes românticos alemães e do surrealismo contemporâneo, dando uma perspectiva simbólica ao estudo dos arquétipos fundamentais da imaginação humana.

As análises, reunidas em "Le Régime Diurne de l'Image", "Le Régime Nocturne de l'Image" e "Éléments pour une Fantastique Transcendentale",

salientam a essencialidade do caráter pluridimensional espacial do mundo simbólico.

Expõe sua metodologia, justificando as vantagens da convergência sobre a associação, definindo com precisão sua metalinguagem, a fim de evitar a confusão que reina na rica terminologia sobre o Imaginário: signos, imagens, símbolos, alegorias, emblemas, arquétipos, esquemas, ilustrações, representações, diagramas e outros.

Todo o seu estudo visa a uma reabilitação dos domínios do fantástico como verdade específica do fenômeno humano.

### Considerações

Antologicamente, a imagem e psicologicamente, a função da imaginação têm sido desvalorizadas pelo pensamento ocidental que as considera fonte de erro e falsidade, pecado contra o espírito ou, ainda, infância da consciência. Assim, a psicologia clássica gerou o associativismo para explicação das conexões imaginárias o que redundou em reduzir a imaginação ao estático e a imagem a um equívoco entre a solidéz da sensação e a pureza da idéia. Também Bergson, quando diz que a imaginação se resume em memória, não liberta a imagem de sua posição subalterna.

Sartre propõe uma visão dinâmica da consciência, cuja função principal é conhecer o Ser. Para evitar coisificar a imagem, preconiza o método fenomenológico em que o fenômeno imaginário deixar aparecer apenas "as intenções purificadoras de toda a ilusão de imanência. A imagem é consciência e, como tal, antes de tudo transcendência. Ainda a caracteriza o fato de que o objeto imaginado é dado imediatamente pelo que é, enquanto o saber perceptivo se forma lentamente por aproximações sucessivas, ao lado da espontaneidade, resultante da tensão entre "a opacidade laboriosa do real percebido" e a vacuidade total da consciência".

Sartre não consegue libertar a imagem de seu caráter de secundariedade e falsidade; resta-lhe o esforço no sentido de descrever o funcionamento específico da imaginação, distinguindo-a do comportamento perceptivo.

Um fato fundamental para a visão dos fenômenos imaginação/imagens é a noção de imagem como totalmente diferente do signo. O símbolo constitutivo da imagem tem, é verdade, uma homogeneidade de significante e significado no seio de um dinamismo organizador, mas de caráter motivado e não arbitrário como o que fundamenta a relação signica.

Para Pradines, o pensamento não tem outro conteúdo que a ordem das imagens.

Jung vê o pensamento como alicerçado sobre imagens gerais, os arquétipos, esquemas ou potencialidades funcionais que inconscientemente dão fisionomia ao pensamento.

A concepção junguiana propõe o "inconsciente coletivo" como responsável pela produção espontânea de mitos, visões, idéias religiosas e certa variedade de sonhos que são comuns a diversas culturas e períodos da História. Tais manifestações se articulam em relação a elementos básicos comuns a toda a humanidade e a pormenores variáveis de cultura

a cultura. Prevê uma espécie de "molde flexível", a que corresponde o "arquétipo", subjacente à Idéia de herói, que não poderia ser visto claramente enquanto a cultura não o tivesse expresso pelo mito. Salienta, ainda, o imenso significado emocional que os arquétipos possuem.

Piaget, por outro lado, consagra parte de sua obra no sentido de mostrar a "coerência funcional" do pensamento simbólico e do sentido conceitual, afirmando a unidade e a solidariedade de todas as formas de representação. Os lógicos consideram praticamente impossível dissociar "o esquema de ligações axiomáticas e o conteúdo intuitivo do pensamento".

Bachelard, cujo pensamento é assumido por Durand, faz repousar sua concepção geral de simbolismo imaginário sobre duas intuições: a imaginação é dinamismo organizador e esse dinamismo organizador é fator de homogeneidade na representação. Segundo a epistemologia, bem longe de ser a imaginação "a faculdade de formar imagens", é poder dinâmico que "deforma" os dados fornecidos pela percepção. É um movimento dialético que estabelece a coerência entre sentido e símbolo, ou seja, a unidade do pensamento e suas expressões simbólicas se apresentam em constante afinidade.

Durand opõe semiologia e semântica (especial) o que nos leva a compreender a semiologia como se ocupando dos signos arbitrários e a semântica dos signos motivados, ou seja, símbolos. Para ele, o símbolo possui mais que um sentido artificialmente dado, mas, isso sim, detém um essencial e espontâneo poder de repercussão.

Como conseqüências dessa semântica da imagem, podemos arrolar a anterioridade e a motivação/analogia. Assim, é proposta uma anterioridade, tanto cronológica quanto ontológica, do simbolismo sobre todo significante áudio-visual. O plano primitivo da expressão no qual o símbolo imaginário e a face psicológica, é o llame afetivo-representativo que une interlocutores. O plano do símbolo é a expressão de uma certa universalidade nas intenções da linguagem; coloca-se na raiz de todo o pensamento.

Aparece aqui, claramente, o enfoque a ser usado por Durand para estudar os arquétipos fundamentais da imaginação humana.

Rejeitado pelo imaginário o primeiro princípio saussureano, o da arbitrariedade, aparece, também, rejeitado o princípio da linearidade do significante, pois uma vez que o símbolo não é mais de natureza lingüística, não, se desenvolve numa só dimensão. Tornam-se, portanto, insuficientes para o estudo das motivações simbólicas a dedução lógica, de caráter linear, ou o relato introspectivo.

Bachelard apreende muito bem o problema, apercebendo-se de que a assimilação subjetiva representa um papel importante no enquadramento dos símbolos e suas motivações, supondo que a nossa sensibilidade serve de mediador entre o mundo dos objetos e o mundo dos sonhos. Na motivação simbólica "todo o elemento é bivalente". Explicitar essa ambivalência é decifrar a morfologia e a funcionalidade dos símbolos. Em lugar de procurar sua referencialidade, pode-se chegar à sua motivação quer sociológica, quer filosófica. Dumézil e Pignoni têm pesquisado nesse sentido, um, colocando ênfase sobre o caráter funcional e social das motivações do ritual, dos mitos e da terminologia, o outro, trabalhando sobre a diferença

de mentalidades e simbolismos que resulta do estatuto histórico e político da relação ocupante/ocupado. Dumézil propõe que os sistemas de representações mútuas e a expressão lingüística que as assinalam, dependem, nas sociedades indo-européias, de uma tripartição funcional: sacerdotal, guerreira e produtora, motivando tanto o simbolismo laico quanto o religioso. Já Pignoni chama a motivação histórica ao enfoque da Sociologia.

Durand reafirma sempre a sua não-aceitação de posições que valorizam, aprioristicamente, um sistema simbólico em detrimento de outro, uma vez que tal atitude é incompatível com um estudo científico. Pode-se entender perfeitamente as pretensões de cientificidade para o estudo do imaginário. Os progressos conseguidos pela Lingüística são por demais encorajadores, as experiências tentadas na área das Ciências Humanas, a partir dela, têm revelado pertinência e objetividade. Espera-se igual resultado no tratamento de temas até agora cercados de uma complexidade extrema (não se negando sua própria complexidade, enquanto manifestação humana), hiperbolizadas pelas visões subjetivistas.

As análises procedidas por Durand dão relevância maior às posições freudianas para quem interessava, sobremaneira qualquer questão relacionada com as origens sociais ou os primórdios de um determinado fenômeno social ou cultural. Freud apresenta um jogo de repressão e manifestação, ou seja, uma oposição inconsciente à realização de tendências julgadas condenáveis que subsistem de forma latente e um retorno à consciência de uma lembrança emocional reprimida no inconsciente. Freud dá grande importância às motivações da libido, sendo que as análises procedidas por Durand mostrarão a importância dessa posição, o que pode ser antecipado pela integração do nível da sexualidade entre outros que procuram dar conta do universo de significação do mito.

A imaginação, segundo os psicanalistas, é resultado de um conflito entre os impulsos de origem orgânica e a repressão social; ao contrário, a imaginação aparece como o resultado de um acordo entre os desejos e os objetos da ambiência social e natural. Ao invés da imaginação ser um produto da repressão, ela o é da manifestação, tomada no sentido já expresso acima. Poderíamos dizer que a criação simbólica resulta da tensão entre a repressão e a manifestação.

Para Bachelard, no enfoque psicanalítico, a imagem poética tem sempre um contexto, contexto este que traduz a imagem numa outra linguagem que o logos poético. Na verdade, cabe aqui a máxima barthesiana "traduttore, traditore", uma vez que traduzir não se resume em transportar palavras de um idioma para outro, mas sim transcor com elas um contexto global cultural, no seio do qual se atualizam as palavras. Transposto isto para a linguagem das imagens, a mesma relação de sistema/ocorrência, arquétipo / (em seu sentido comum de estereótipo) contexto se manifesta: um modelo geral, a arqueologia; as ocorrências, os mitos.

Assim se posiciona Durand: "Todas as manifestações tanto sociológicas quanto psicanalíticas, propostas para tornar compreensíveis as estruturas ou a gênese do simbolismo, pecam pelo estreitamento metafísico." O caminho para um estudo do simbolismo imaginário realmente pertinente, seria o seu engajamento à Antropologia, entendida como "conjunto de

ciências que estudam a espécie humana, sem jogar com aprioris exclusivos e sem optar por uma ontologia psicológica que não é, senão, o espiritualismo camuflado, ou uma ontologia culturalista, marcada por uma atitude sociologista."

Em busca de uma classificação estrutural, o trajeto antropológico procurará dar conta da tensão, da relação de reciprocidade que um gesto impulsive e um fato material e social, entre os impulsos subjetivos do imaginário e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social. Impulso e representação se projetam numa relação bidirecional de configurante/configurado. A Sociologia e a Psicanálise formam par na investigação das construções simbólicas assim concebidas.

A postulação de um posicionamento antropológico na análise do imaginário pressupõe uma metodologia específica e uma metalinguagem científica. Dada a explicitação clara do método e sua justificativa, é de grande utilidade revê-lo aqui.

Durand propõe um método que ele classifica de um tanto pragmático e relativista: o da convergência. Convergência não é analogia: enquanto a analogia reconhece semelhança entre relações diferentes quanto a seus termos, a convergência reencontra constelações de imagens semelhantes termo a termo nos domínios diferentes do pensamento isto é se configura como uma homologia. Podemos, então, ao invés de para explicar a convergência falar de "semelhanças termo a termo", falar de uma equivalência termo a termo. Fica assim mais visível a distinção dos métodos uma vez que homologia contém o sema identidade, equivalência, isotopismo ou isomorfismo que a analogia não contém.

Suporta o método, o procedimento micro-comparativo que possibilita a emergência de séries de conjuntos de imagens, convergências essas que salientam a duplicidade estático-dinâmica que o caracteriza. Assim, as constelações se organizam ao mesmo tempo em torno de imagens, de gestos, de esquemas transitivos e também em torno de condensações simbólicas, de substâncias onde se cristalizam os símbolos.

As condições começam a se tornar adversas quando se percebe que para descrever as relações constelativas, o pesquisador deverá fazer uso do discurso. Ora, a elaboração de um discurso, mesmo de natureza metalinguística luta contra a ambigüidade que lhe é própria como código de convenção implícita. Alternam-se as semióticas, imbricam-se os sistemas que comportam vários níveis e relações: pela linguagem o homem, transforma as coisas em objetos culturais; pela linguagem investiga tais objetos enquanto sistema de signos quer para traduzi-los, quer para criticá-los. As constelações simbólicas não constituem um sistema de primeiro grau, mas, sim, alicerçam-se num sistema que fala o mundo do real, numa relação de arbitrariedade e simultaneidade, diversa da construção de símbolos, de natureza motivada e anterior. É já, como vemos, um terceiro sistema metalinguístico que vai traduzir tais constelações.

Se ao nível metodológico, a convergência poderá levar a investigação a bom termo, ao nível epistemológico parece ser a Psicologia o domínio capaz de descobrir os grandes eixos de uma classificação pertinente, capaz de englobar as constelações simbólicas.

Durand analisa os mitos centrado em três dominantes: de postura, responsável pelo fluxo ou suspensão de todos os outros reflexos; de nutrição, resumindo os movimentos de fome e o copulativo, ou seja, sexual.

A dominante postural exige matérias luminosas, visuais e as técnicas de separação, purificação, pelas armas, flechas, seus freqüentes símbolos; a dominante digestiva, reclama matérias de profundidade, tais como: água, terra, objetos continentais incluindo técnicas de beberagem ou alimentação; quanto à dominante sexual, modelo natural dos gestos rítmicos aparece o ritmo das estações e seu cortejo astral. Essa proposição classificatória é bastante coerente com a cultura tecnológica e com a cultura natural, aparecendo as posições como liberadoras dos movimentos que garantem as duas outras atitudes básicas da vida humana: nutrição e sexo. Metodologicamente pode-se afirmar um parentesco entre as dominantes digestiva e sexual.

Essas dominantes são propostas como parte de um modelo geral subsumindo dos mitos criados pelo homem. O homem cria sentidos e os mascara através de criações simbólicas. A atividade, sobremaneira a poética, pauta-se por esse mascaramento gerador de singularidade e não de equações. Da opacidade à transparência, eis o trajeto que separa a linguagem de referencialidade da linguagem poética. Os símbolos são formas ainda mais elaboradas de linguagem que atingem um estágio posterior à criação de um processo singular; inserem-se no código, de modo a se constituir em nova referencialidade.

Visto globalmente o método, passemos à metalinguagem que aparece definida com precisão.

Durand trabalha com um número restrito de termos. Signo aparecerá com um sentido geral, sem o sentido de algo ritmo arbitrário, de sinal convergente de um significado. Esquema é proposto como uma generalização dinâmica e afetiva da imagem, constituindo a "factividade e a não substantividade geral do imaginário. Aproxima-se das noções "símbolo funcional" de Piaget e "símbolo-motor" de Bachelard.

O esquema relaciona não "imagem e tato, mas gestos inconscientes da sensório-motricidade, entre as dominantes reflexas e as representações. É visto ainda como representação concreta precisa dos gestos reflexológicos.

Os gestos diferenciados em esquemas determinarão os grandes arquétipos. Os arquétipos constituem a substantificação dos esquemas; são eles que conjugam o imaginário e os processos racionais. Nos arquétipos se imbricam muitos esquemas e neles se ligam imagens muito diferenciadas pelas culturas. O que, por sua vez, distingue arquétipos de símbolos é a ausência de ambivalência, ou seja, sua universalidade constante.

Os símbolos são constelações porque desenvolvimentos de um mesmo tema arquétipo. O símbolo é uma forma inferior do esquema, uma ilustração concreta tanto do arquétipo quanto do esquema. O símbolo vive de sua polivalência, sem a qual se transformaria em simples signo; "tende a emigrar do semantismo ao semiologismo".

Pela oposição feita entre "semantismo e semiologismo", pode-se deduzir que o semantismo se ocupará dos símbolos ou seja, dos signos polissêmicos, enquanto o semiologismo tem por objeto os signos monossê-

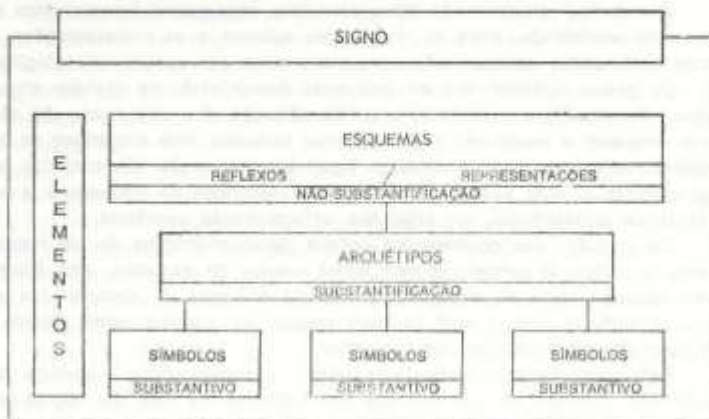
micos. Finalmente, o mito se situa no prolongamento de esquemas, arquétipos e símbolos: "é um sistema dinâmico de símbolos, arquétipos que sob a impulsion de um esquema, tende a se compor num relato. O mito é já um vestígio de racionalização, pois utiliza o discurso no qual os símbolos se transformam em palavras e os arquétipos em idéias." Assim é que, enquanto o arquétipo promove a idéia o símbolo engendra o nome e o mito configura a doutrina religiosa, o sistema filosófico. Se temos no mito uma organização dinâmica, temos nas constelações de magens (símbolos) uma organização estática. Talvez se possa falar das constelações como plano paradigmático, virtual, e do mito como plano sinlagmático, de realização. Uma tal visão enquadra-se no isomorfismo proposto entre constelação e mito e do qual deverá dar conta o método de convergência.

Ora, em torno dos esquemas originais, das constelações estáticas e do mito dinâmico pode-se prever a existência de certos protocolos normativos de representações imaginárias, grupos que Durand chamará de Estruturas.

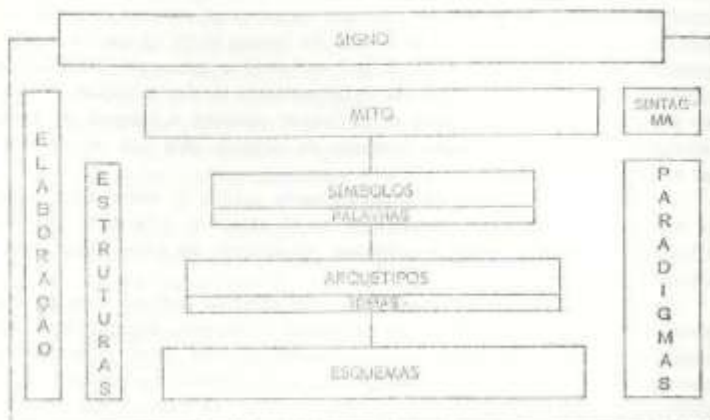
Sempre, contudo, que se menciona a palavra "estrutura" se põe a necessidade de salientar certos aspectos básicos de seu conceito, muitas vezes perdidos ao longo de um uso indiscriminado e falseatório. É preciso lembrar sempre o caráter dinâmico que a marca, a concepção de "formas" como dinâmicas, isto é, sujeitas a transformações, capazes de constituir um modelo de classificação, mas também de transformação do campo imaginário. Aparece, portanto, a estrutura como uma forma transformável, "servindo de protocolo motivador para todo um grupo de imagens e susceptível ela mesma a agrupamentos em uma estrutura mais geral". A essa estrutura mais geral, Durand chama de "Regime".

Antes de passar a considerações sobre as estruturas propostas, os modelos abaixo procurarão explicitar as relações e níveis de análise propostos.

MODELO I



MODELO II



A questão colocada a seguir diz respeito aos "Regimes". Não sendo eles agrupamentos rígidos, estáticos, será buscada sua motivação, através da intersecção individual/coletivo, isto é, o conjunto de traços individuais em sua relação com as transformações históricas e sociais.

As dominantes postural, digestiva e sexual servirão de articulação para a análise de constelações simbólicas que enformam a bipartição em dois "Regimes" de simbolismo, envolvendo as convergências reflexológicas, tecnológicas e sociológicas. Pode-se propor uma certa correspondência: entre a convergência reflexológica e as três dominantes; entre a convergência tecnológica e a dominante digestiva e entre a convergência sociológica e as três dominantes.

As estruturas estão explicitadas em: "Le Régime Diurne de l'Image" e "Le Régime Nocturne de l'Image" e "Le Régime Nocturne de l'Image". O primeiro aparece estruturado sobre a dominante postural e suas implicações normais e visuais, a soberania mágica e guerreira, os rituais de elevação e purificação. É definido como regime de antítese e abordado o mecanismo das imagens diurnas, através dos poetas da luz que constroem um dualismo de metáforas da noite e do dia. Comporta esse regime, duas partes: "Les Visages du Temps", consagrada ao fundo das trevas sobre a qual se ergue vitoriosa a luz; a segunda "Le Sceptre et le Glaive", manifestando a reconquista antiética e metódica das negatividades da primeira. Nelas, através dos símbolos animais, naturais e dos sentimentos dos homens reunidos em constelações de imagens, se induzirá a faceta multiforme da angústia do homem diante do tempo e da morte, através de um processo de feminização do simbolismo nefasto e terrível nas dominâncias

sexual e digestiva. A angústia do homem desdobra-se em inquietude diante da carne e o desejo polémico de eternidade será móvel de combate à morte e ao tempo.

O segundo, "Le Régime Nocturne de l'Image", está marcado pela conversão e eufemismo e analisa os mitos e símbolos constitutivos da dialética do retorno. Um grupo de símbolos se constitui de uma inversão simples do valor afetivo atribuído às visões do tempo. Outro grupo de imagens revelará um fator constante na fluidez temporal e procurará sintetizar as aspirações situadas para além da transcendência e das intuições imanentes do futuro. Em "La Descente et la Coupe" aparece a imagem do ventre valorizada positivamente, como símbolo da descida feliz sob as dominantes sexual e digestiva.

Ao simbolismo místico da primeira parte sucede o simbolismo cíclico de "Du Denier au Baton" que agrupa as técnicas de calendário agrícola-industrial, os mitos naturais e artificiais do retorno, os mitos e os dramas astrobiológicos.

As análises procedidas configuram um universo cultural que se quer geral, subsumente, e envolvem as estruturas universais, atemporais e espaciais da vida e da morte que se desdobram nos pares permanência/transitoriedade, agressão/submissão, alimentação/fome, luz/sombra, ascensão/queda, animal/humano, carência/abundância, realização/frustração, mobilidade/imobilidade, sexualidade/frigidez, proibição/permissividade, visão/cegueira, enforca/distorção e outros. Os esquemas, arquétipos e símbolos criados pelo homem e que constituem seu universo mitológico, seu universo do fantástico, se constituem em linguagens de tipo especial que se olvidadas metalingüísticamente poderão ser desveladas como sentidos múltiplos. Condensados os sentidos múltiplos, se poderá chegar à teoria geral do sentido simbólico.

Durand conclui seu trabalho procurando traçar a filosofia da imaginação que se interrogará sobre "a significação funcional da imaginação e do conjunto de estruturas que ela subsume." Ela poderia ser proposta como "A Metafísica da Imaginação".

## A SEMÂNTICA GERATIVA E O ARTIGO DEFINIDO (1)

### II

Segundo Lehmann (não confundir com o insigne lingüista americano Winfred P. Lehmann da Universidade do Texas), o livro tem defeitos dos seguintes tipos: "falhas, contradições, inconsistências, negligências e passagens obscuras" (p. 98). Após enumerá-los, afirma que eles se sobrepõem às poucas idéias novas, de tal maneira que torna impossível julgar se essas são notáveis" (p. 98). Essas poucas idéias novas, contudo, não são evidenciadas.

O objetivo deste artigo não é mostrar que o livro é isento de defeitos (seria lamentável se após quatro anos de sua elaboração eu assim pensasse); é reconhecê-los e saná-los, mas, ao mesmo

tempo, corrigir distorções e elucidar pontos mal compreendidos na resenha em questão.

O ponto fundamental que não agradou ao recensor foi a metodologia "Halleana" (p. 93) utilizada pelos gerativistas, metodologia essa que para ele não é "nem necessária e nem suficiente" (p. 93) em investigação lingüística. Afirma ainda que "metodologia não desempenha nenhum papel na gramática gerativa (p. 97). Dado que essas afirmações não vêm acompanhadas de justificativa alguma e apenas evidenciam o caráter tendencioso da resenha, não me deterei a discuti-las. Permito-me apenas lembrar ao autor da resenha que a posição Carnapiana não é a única aceita em filosofia das ciências.

O autor considera "supérfluo" o "inevitável esboço da teoria transformacional" principalmente considerando-se que o trabalho "não se enquadra nesta teoria" (p. 93). O autor parece ignorar que a Semântica Gerativa é um modelo que aceita os pressupostos básicos da teoria-padrão e que foi justamente o respeito a esses postulados que levou à consideração de uma representação mais abstrata da sintaxe (2). Ao mesmo tempo em que não aceita a inclusão de um esboço da teoria-padrão, a meu ver essencial pelo menos naquele momento histórico, critica a não-inclusão de um esboço da Teoria de Conjuntos. É necessário lembrar que a utilização que faço dela é apenas de seus conceitos básicos elementares, como afirmo à página 29 do livro, e que uma exposição desses conceitos equivaleria a explicar ao leitor os fundamentos elementares da aritmética.

O Capítulo II, onde estabeleço os objetivos, a metodologia e as delimitações do trabalho, é para o autor da resenha "um capítulo desvinculado do corpo do trabalho" (p. 93). Visto que ele não aceita a metodologia "Halleana", sua atitude não poderia ser outra. No mesmo parágrafo, considera insatisfatório o fato de eu ter dedicado apenas "52 linhas" ao japonês. Além de ser irrelevante a questão do número de linhas, a sua assertiva é falsa pois o que se propõe para o português e inglês é igualmente válido para o japonês, observada a distinção da maneira pela qual o que é veiculado através do artigo definido no português e no inglês é veiculado no japonês. Lehmann questiona ainda o uso que fiz do japonês para aventar a hipótese de que para uma única estrutura superficial do inglês ou do português posso ter duas estruturas profundas. Ora, o interesse de se analisar muitas línguas reside justamente no fato de se poder colher evidências empíricas para postulações que de outra maneira não teriam motivação empírica suficiente.

O Capítulo III, onde resenho as teorias esposadas por outros autores, dentro de enfoques lingüísticos ou lógico-lingüísticos, não tem para ele "nenhuma consequência para a tarefa posta e parece ser feita mais para fins de divertimento" (p. 94). O exame das vá-

rias maneiras ou hipóteses para se explicar um determinado fenômeno, antes de se aceitar ou propor uma como a menos refutável, é um requisito da metodologia "Haileana", ou gerativista, rejeitada pelo nosso recensor. Acrescente-se a isso o fato de que uma boa parte dos trabalhos apresentados são de orientação gerativista, a respeito da qual já tivemos ocasião de mostrar a posição do recensor. Diante, pois, do arcabouço teórico que privilegiei e diante da atitude manifestadamente hostil dele com relação a este, a sua opinião sobre a pertinência dos trabalhos resenhados de nada me vale, sobretudo porque não vem acompanhada de argumentação alguma.

Embora toda a minha resenha seja considerada por ele como uma descrição de inutilidades, ela peca por não incluir Coseriu (3), que, diga-se de passagem, não é gerativista. Conquanto omissões sejam inevitáveis em qualquer resenha, essa se justifica, todavia, pelo fato de nenhuma referência ter sido encontrada a esse artigo, tendo ele passado despercebido tanto a linguistas americanos quanto a europeus. Lehmann acha ainda que o valor de uma resenha de "segunda mão", como a que fiz dos gramáticos e linguistas mais tradicionais, é discutível (p. 94). Discordo. É importante dar crédito a pesquisadores que nos antecederam. É nosso dever prosseguir dando nossa contribuição no sentido de divulgar autores e teorias mais recentes e menos conhecidos. O recensor diz, ainda, que não fiz caso da hipótese de Hjelmslev, quando a minha tese "quer dizer, em palavras um tanto mais modernas, exatamente o mesmo" (p. 94). Esperar-se-ia que uma afirmação de tal gravidade viesse acompanhada das necessárias provas. Tal não acontece. Em atenção ao leitor, porém, mostrarei que tal afirmação é descabida. A proposição de Hjelmslev (cf. p. 35 do meu livro, rodapé) é a seguinte: "the indique que l'objet ou sa qualité est supposé connu a l'interlocuteur". Observe o leitor que, segundo essa proposição, (1) e (2) deveriam conter uma contradição, o que não acontece:

- (1) O homem que você não conhece está aqui.
- (2) Você não conhece o estudante de hoje.

O que minha tese propõe a respeito da identificabilidade do referente encontra-se no Capítulo VIII do meu livro, onde estabeleço as condições para a identificação do referente do discurso com base em descrições de Strawson, Paduceva e Lakoff (4). São elas: (i) a condição dêitica, (ii) a condição anafórica e (iii) a condição indiretamente dêitica.

O Capítulo IV, em que relato as idéias de Lakoff (5) de tratar adjetivos e verbos como uma mesma categoria e onde estendo essa colocação para nomes, parece a Lehmann não ter "consequência sensível para o (meu) trabalho" (p. 94). Ora, aceito que nome, verbo e adjetivo podem aparecer sob um mesmo rótulo, o do

predicativo, e que nessa função o nome recebe o artigo indefinido, não constituindo FN's propriamente ditas. Para que esse nome apareça definitivizado é preciso que apareça independentemente sob um nódulo FN, no sentido de McCawley (6). Da mesma maneira que não conseguiu ver as implicações da resenha no meu trabalho, deixou de perceber a pertinência da colocação de Lakoff e o acréscimo que a ela fez.

Um conceito que pareceu obscuro ao autor da resenha é o que subjaz ao traço (+ contável). Ironicamente, dá ele a entender que a partir de 1974 (ano da publicação do meu livro) (+ contável) passa a ter empregos pouco ortodoxos. Tal inovação está sendo a mim atribuída indevidamente pois a consideração de se conferir esse traço a FN e não a N é de Weirich (7). O que é "desconcertante" (p. 94) não é o uso que se faz desse termo, mas o próprio conceito de ser ou não contável. O critério morfológico anterior a "1974", aceito pelo recensor, segundo o qual são incontáveis os nomes que não podem ter manifestação no singular e no plural, quase nunca prediz a que classe de nome um item pertence. Os exemplos citados pelo autor da resenha — manteiga e medo — que parecem ser nocionalmente incontáveis, podem, assim como a maioria dos nomes indicadores de massa, aparecer com a marca morfológica do singular e do plural (cf. Cap. V do meu livro).

- (3) (a) A manteiga é rica em vitamina A.  
(b) As manteigas que deixei no balcão sumiram.
- (4) (a) O medo que senti foi indescritível.  
(b) Os medos dos pacientes são imaginários.

A problemática, portanto, só parece simples para aqueles que, como Lehmann, não refletiram suficientemente sobre o assunto. Dubois (8), ao discutir o problema, mostra que o número semântico na gramática tradicional e na lingüística estrutural é definido pelos conceitos de pluralidade e de descontinuidade (+ discreto) e o singular genérico pelo de continuidade (— discreto). O que

Concluiu o Capítulo IV afirmando que o componente sintático, da maneira como é concebido na teoria-padrão, não oferece resfiz, portanto, foi simplesmente correlacionar o sentido de contável tanto ao conceito de plural como ao de descontínuo.

posta para o problema da interpretação ambígua dada às sentenças à página 92. Diz o autor que "essa afirmação é gratuita, ficando sem justificativa, e vazia de sentido, visto que os problemas apostrofados são, como a própria autora reconhece, problemas de interpretação semântica" (p. 95). Se, dentro do modelo-padrão, teríamos para as duas leituras das sentenças a mesma representação sintática ao nível de estrutura profunda e é este, em princípio, o lugar onde opera o componente interpretativo semântico, não há como justificar a ambigüidade. É, portanto, o componente sintático assim concebido que deve ser apontado como insatisfatório.

O Capítulo VI, onde mostro a preocupação tanto dos semanticistas quanto dos lexicalistas em tratar problemas não explorados na teoria-padrão (como é o caso da 'pressuposição'), deveria, para Lehmann, ser substituído por "uma apresentação da Teoria da Semântica Gerativa" (p. 95). Não se trata aqui de apresentar a Teoria da Semântica Gerativa porquanto esta não é uma teoria distinta da teoria-padrão. O que se objetivou no Capítulo VI foi encontrar, em meio às inúmeras proposições tanto de semanticistas quanto de interpretativistas, sugestões que viessem ajudar a resolver os problemas até então levantados. Foi, portanto, uma busca de sugestões "específicas" (p. 95) e não de uma posição epistemológica mais ampla. Não pretendi tampouco descrever todos os problemas com que se defrontaram os linguistas da linha semanticista ao tentarem aplicar consistentemente a metodologia da gramática gerativa padrão ao imenso corpo de dados. Além disso, uma apresentação pormenorizada da semântica gerativa não iria tornar mais claro o conceito de 'pressuposição', que está longe de ser simples como quer fazer crer o recensor. Os trechos abaixo atestam a complexidade do assunto:

"In the end I shall suggest that there is not one concept of of presupposition differing but slightly from one person who employs it to another, but several radically different concepts all of which have been related to the word presupposition". (9)

"The two notions of presupposition I have specified are not intended to exhaust the semantic properties of natural languages that can be appropriately called presuppositional". (10)

Lehmann impõe a seguinte definição, acompanhada de exemplo, para o conceito de pressuposição: "uma proposição p é uma pressuposição de uma proposição q se e somente se  $(q \supset p)$  &  $(q \supset p)$  Exemplo: p = "A porta está aberta" e q = "Feche a porta" (p. 95). Para Fillmore, que dá vários sentidos restritos de pressuposição, o exemplo do recensor constituiria um caso de pressuposição lexical, que nada teria a ver com a pressuposição sobre a "existência ou especificidade da porta", pressuposição essa que se relaciona com o "uso do artigo definido" (11). Para Stalnaker, o problema da pressuposição é mais adequadamente tratado dentro de um enfoque pragmático (12). Assim, a distinção entre asserção e pressuposição deve ser tratada em termos das situações em que um enunciado é emitido. Nesse sentido, pressuposições seriam algo como as crenças de fundo (background beliefs) do falante e do ouvinte. Diz ainda que não são sentenças, proposições ou atos da fala que têm pressuposições, mas as pessoas que emitem os enunciados. O termo pressuposição empregado na minha dissertação com relação à função do artigo definido se enquadra muito

mais dentro do sentido pragmático de Stalnaker do que dentro do sentido dado tradicionalmente pela lógica (e pelo recensor). Em resumo, dentro dos sentidos restritos atribuídos por Fillmore a esse termo, a colocação e principalmente o exemplo do recensor são inadequados, e, dentro do enfoque pragmático de Stalnaker, que englobaria todos os sentidos restritos e mesmo outros, a definição do recensor ainda não seria adequada, visto que não são proposições que têm pressuposições, mas o elocutor da sentença. Quanto ao que Lehmann considera uso indevido do termo por Chomsky (p. 95), que o opõe a foco, e ao meu uso como informação velha, remeto-o à leitura de Halliday (13), para quem todos esses conceitos estão estreitamente vinculados.

O Capítulo VII apresenta as condições para uma FN conter artigo definido. Examinemos cada uma separadamente.

Para Lehmann, a condição a. (a FN conterá artigo se, e somente se, o conjunto por ele denotado pertencer ao universo do discurso (comum a falante e ouvinte) (14), embora necessária, não é suficiente, de vez que meu exemplo (29), com artigo indefinido, — Um livro que encomendei no mês passado ainda não chegou — na leitura 'um dos livros que encomendei...' preenche essa condição. Note-se, porém, que quando digo um livro que encomendei, nessa acepção, o que pressuponho é que meu interlocutor identifique, não 'um livro', mas a classe 'os livros que encomendei', que é o conjunto referencial da frase preposicionada apagada e não do núcleo nominal. A sentença (29) não é, portanto, um contraexemplo para a minha condição a., que continuo a postular como necessária e suficiente ao nível em que o artigo definido é inserido.

Antes de considerar a condição a., procurei explicar o conteúdo semântico do artigo definido através da condição b. (a FN conterá artigo definido se a FV da oração faz uma asserção sobre todos os membros do conjunto). Verifiquei, porém, tratar-se apenas de uma condição necessária, mas não suficiente. Isto se explica tendo em vista o fato de que uma vez inserido numa estrutura partitiva, ele pode i) ser mantido como artigo (um livro dos livros que encomendei — = um dos livros que encomendei), ii) ser mantido como um pronome (um livro dos que encomendei) (15 e iii) ser apagado juntamente com o nome idêntico ao núcleo (um livro que encomendei) (cf. p. 109). Em estruturas não-partitivas, isto é naquelas em que a asserção se faz sobre todos os membros da classe denotada pela FN, tal apagamento não ocorre em virtude de não haver co-ocorrência de nomes idênticos, o artigo, nesse caso, devendo ser necessariamente mantido até a superfície.

A condição c. postulada apenas para o inglês (a FN conterá artigo se o conjunto denotado pela FN não for infinito ou não-quantificável) deve ser interpretada na mesma base de b., isto é, como uma condição para a FN conter artigo até a estrutura superficial. Embora continue a postular que sentenças genéricas derivem

de uma condicional subjacente, acredito hoje que aquelas com FN definidas devam ser acrescidas de um nódulo FN. O nome que a parece sob a FN terá a ele associado traços como (+ finito), (+ quantificável), que podem ser pressuposições relativas à classe denotada por esse nome. A manutenção ou não do artigo definido então estará condicionada aos traços que apareçam sob esse nome.

Visto que as condições que estabeleci envolvem níveis distintos, a sua conjunção não é falsa como alega o recensor.

Lehmann contesta também o grupo de regras à página 122, que aqui retranscrevemos: 1. se a proposição inserida na relativa é pressuposta verdadeira pelo elocutor, o verbo dessa oração relativa vai para o indicativo e o determinante da FN- sujeito poderá ser o artigo definido ou indefinido, sendo a escolha determinada pelas regras de (1.1.); 2. se o valor-verdade da proposição inserida na relativa é desconhecido do elocutor, o verbo dessa oração relativa vai para o subjuntivo e o determinante é sempre o artigo indefinido; 3. se a proposição inserida na relativa é asseverada falsa pelo elocutor, o verbo da relativa vai para o subjuntivo, e o determinante é ou indefinido.

A regra 3., de acordo com Lehmann, é contradita pela sentença (59). Vejamos. O exemplo que dou para afirmar 3. é Não há (um) japonês que toque pandeiro. Quando enuncio essa sentença, o que assevero é que não existe um x tal que x é japonês e toca pandeiro, ou que a proposição um japonês toca pandeiro é falsa. Vejamos se o mesmo acontece com a sentença (59): Não conheço o homem que resista aos encantos dela, citada pelo recensor como um contraexemplo à minha regra. Quando enuncio (59), não estou 'asseverando' que a proposição um homem resiste aos encantos dela é falsa. Apenas assevero que, dada uma classe definida pela função  $f$  é tal que  $f$  é homem e resiste aos encantos dela, a intersecção entre essa classe e os indivíduos que conheço é um conjunto vazio. Não assevero, portanto, que o conjunto homem que resiste aos encantos dela é vazio. Concordo, todavia, com o recensor que a minha regra 2. (porém, apenas a sua segunda parte) é contradita pelo exemplo (63). As regras 1. e 2. podem ser reduzidas a apenas uma, devendo a primeira conter a primeira parte da regra 2. A regra 1., da maneira como está formulada, entretanto, não é de forma alguma contradita pela minha discussão dos exemplos (29) e (30). A pressuposição subjacente ao modo verbal é relativa ao valor-verdade da proposição encaixada, enquanto o que digo a respeito de (30), em oposição a (29), é que a informação contida na relativa é pressuposta, nada tendo essa pressuposição a ver com o valor-verdade.

Ao tratar do último Capítulo, Lehmann afirma que a modificação que introduzo à análise de McCawley, postulando que somente os nomes definidos devem aparecer sob uma FN "não é viável, visto que as proposições, se devidamente ramificadas, também con-

terão FN's" (p. 97). O modelo permite, ao contrário do que supõe o recensor, que proposições conttenham FN's; apenas constrange-as de aparecerem diretamente dominadas pelo nódulo Prop. Proposta idêntica à minha, diga-se de passagem aparece num artigo de Steinman Jr (16), posterior à apresentação da minha tese. A inovação foi considerada suficientemente "notável" pelos editores para constar numa coletânea a que chamaram Towards Tomorrow's Linguistics.

Quanto ao exemplo The TALL girl left, para o qual, segundo Lehmann, conferi a representação semântica de The tall girl left, a análise em nada afeta a minha colocação de que para uma entoação não-contrastiva a representação seja aquela postulada à página 167.

A bem da verdade, admito que houve lapsos na parte notacional: a) na representação semântica de O assassino de Smith é um louco, a pressuposição, que é a cláusula de unidade, deve aparecer como uma proposição sob a FN: Existe apenas um x; b) a ordem dos constituintes nos diagramas nem sempre obedece a ordem dos constituintes nas regras, onde, contudo, tem-se consistentemente a proposição que dá origem à FV em primeiro lugar; c) nas regras transformacionais não são variáveis que estão sob o domínio da FN, como faz parecer a convenção dos parênteses. A formulação de (1), por exemplo, deveria ser (x FV) FN: x FN (def) FV. Feita essa correção, a regra (iv) produz configurações do tipo numeral de def nome. Sendo esta uma estrutura bem-formada de superfície, a transformação que a reduz para numeral nome só pode ser opcional, segundo a definição de regra opcional dada por Lakoff (17). A regra (vi) contém um erro tipográfico: cancele-se a segunda ocorrência do verbo é.

O autor da resenha pergunta por fim: "que relação existe entre as duas análises semânticas aceitas pela autora: aquela, em termos da teoria de conjuntos, e, essa, em termos de estruturas lógico-semânticas" e "como o modelo gerativo aceito explica cada um dos fenômenos analisados no capítulo VII" (p. 98). Não se trata de duas análises. A análise contida no Capítulo VII deve ser encarada como a fase de análise pré-teórica dos dados, na qual ativei o nosso conhecimento intuitivo da língua e verbalizei as conclusões numa linguagem ainda não formalizada. No caso, essa linguagem fez uso parcial da linguagem da Teoria dos Conjuntos. O modelo gerativo aceito permite: a) isolar classes de predicções, b) representar predicções sobre todos os membros de uma classe e predicções sobre parte dos membros, c) distinguir sentenças genéricas das não-genéricas e d) distinguir asserções de pressuposições; em suma todos os aspectos analisados no capítulo VII.

O crédito de uma obra não se deve à "importância da revisão" (p. 92), mas à seriedade do trabalho e ocasionalmente à apreciação científica e imparcial de um especialista. A presente resenha, infelizmente, está, já de início, comprometida pelos precon-



ceitos contra a teoria utilizada e falha consequentemente no requisito essencial de uma resenha: a imparcialidade.

Quais são os critérios para a publicação de uma resenha?

Mary Aizawa Kato  
Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo

## NOTAS

- (1) De Christian Lehmann, em *Letras de Hoje*, n.º 24, junho de 1976, pp. 92-98.
- (2) Para maiores detalhes cf N. Chomsky (1971) "Deep Structure, Surface Structure and Semantic Interpretation", em D.D. Steinberg & L.A. Jakobovits (eds) *Semantics: an Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*, London, Cambridge University Press, pp. 183-216.
- (3) E. Coseriu (1955) "Determinación y entorno", *Romanistisches Jahrbuch* 7:29-54. Copiador Id Teoria del Language y Linguística General Madrid: Gredos, 1967: 282-323. Apud Lehmann, nota (1).
- (4) P. F. Strawson (1963) *Individuals: an Essay in Descriptive Metaphysics*, New York, Anchor Books; E. V. Paduceva (1970) "Anaphoric Relations and their Representation in the Deep Structure of a Text", em M. Blavisch & K. Heldolph (eds) *Progress in Linguistics*, The Hague, Mouton, pp. 224-33; G. Lakoff (1968) "Pronouns and Reference", reprodução Indiana Linguistics Club.
- (5) G. Lakoff (1970) *Irregularity in Syntax* New York, Holt, Rhinehart and Winston.
- (6) J. McCawley (1971) "Where do Noun-phrases Come from?", em Steinberg & Jakobovits (op. cit.), pp. 217-32.
- (7) U. Weirich (1966) "Explorations in Semantic Theory", em T. A. Sebeok (ed.) *Current Trends in Linguistics Vol III*, The Hague, Mouton, pp. 359-478.
- (8) J. Dubois (1969) *Grammaire Structurale du Français: le phrase et les transformations* Paris, Lib. Larousse.
- (9) R. Garner (1971:23) "Presupposition" in *Philosophy and Linguistics* em C. J. Fillmore & D. T. Langendoen (eds) *Studies in Linguistics Semantics* New York, Holt, Rhinehart & Winston, pp. 23-25.
- (10) E. Keenan (1971:51) "Two Kinds of Presupposition in Natural Languages" em Fillmore & Langendoen (op. cit.), pp. 45-55.
- (11) C. J. Fillmore (1970) "Verbs of Judging: an exercise in semantic description", em Fillmore & Langendoen (op. cit.), pp. 273-81.
- (12) R. Stalnaker (1974) "Pragmatic Presuppositions", reprodução.
- (13) M. A. K. Halliday (1976) "Estrutura e Função da Linguagem", em J. Lyons (ed.) *Novos Horizontes em Linguística*, trad., São Paulo, Editora Cultrix, pp. 134-61.
- (14) Universo do discurso deve aqui ser entendido, segundo minha descrição, como o universo do discurso comum a falante e ouvinte.
- (15) A forma (b) não está analisada na minha dissertação.
- (16) M. Steinman Jr. (1974) "On McCawley on propositions and noun-phrases", em R. W. Shuy & C. J. Bailey (eds), Washington D. C. Georgetown University Press, pp. 65-72.
- (17) G. Lakoff (1971) "On Generative Semantics", em Steinberg & Jakobovits (op. cit.) pp. 232-97.